

PAUTA PARA A 181ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

- 1 Projeto de lei nº 752, de 2012, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos dos Deficientes AMDE", em Sorocaba.
- 2 Projeto de lei nº 753, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "José Vilela de Andrade Junior" ao trecho que liga a Rodovia Anhanguera à Rodovia SP 255, em Luiz Antonio.
- 3 Projeto de lei nº 754, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução ANAC nº 9, de 2007.
- 4 Projeto de lei nº 755, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves e outros. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dependência para amamentação e fraldário estabelecimentos onde o fluxo de pessoas seja intenso, tais como "shoppings centers", restaurantes, hipermercados, supermercados, bares, aeroportos e outros, inclusive feiras, exposições e "shows".
- 5 Projeto de lei nº 756, de 2012, de autoria da deputada Regina

Gonçalves e outros. Dispõe sobre a liberação dos consumidores em utilizarem livremente a rede de assistência técnica autorizada ou credenciada, no âmbito do Estado de São Paulo.

2ª Sessão

- 1 Projeto de lei nº 746, de 2012, de autoria da deputada Leci Brandão. Equipara a síndrome de "Von Recklinghausen" (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais para os efeitos jurídicos no Estado.
- 2 Projeto de lei nº 747, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos de telefonia a identificar suas torres de transmissão através de placas contendo o nome visível da empresa no local.
- 3 Projeto de lei nº 748, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Determina ao Poder Executivo, que nas futuras concessões dos serviços públicos de administração de rodovias estaduais, administradas diretamente pelo Estado, por suas autarquias, ou por empresas em que ele seja ou não acionista, e nas renovações de contratos vigentes, seja estabelecida a prática de tarifas de pedágio diferenciadas.
- 4 Projeto de lei nº 749, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Autoriza a Poder Executivo a criar o cargo de "Odontolegista" no Estado.
- 5 Projeto de lei nº 750, de 2012, de autoria do deputado Carlos Cezar. Dispõe sobre prazos para atendimento médico nos órgãos públicos de saúde do Estado.

- 1 Projeto de resolução nº 19, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Revoga o inciso I do artigo 158 da Resolução nº 576, de 1970, com as modificações posteriores, na forma da XIV Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- 2 Projeto de lei nº 744, de 2012, de autoria do deputado Simão Pedro. Declara de utilidade pública o "Instituto Cidadão Brasileiro Participativo -

ICIBAP", na Capital.

- 3 Projeto de lei nº 745, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Grupo Solidariedade entre Amigos Lutando e Vivendo com Esperança G.S.A.L.V.E.", em Sales Oliveira.
- 4 Moção nº 111, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela à Senhora Presidenta da República no sentido de que mantenha gestões junto ao titular do Ministério da Educação para que adote as medidas necessárias visando a ampliação maciça do número de Bolsas do Programa de Residência Médica no Estado de São Paulo, notadamente nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria e Dermatologia.

- 1 Projeto de resolução nº 18, de 2012, de autoria do deputado Adriano Diogo. Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Resolução nº 879, de 2012.
- 2 Projeto de lei Complementar nº 47, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado, a criação de Varas Regionais e de Circunscrição, a modificação parcial da Lei Complementar nº 980/2005.
- 3 Projeto de lei Complementar nº 48, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça e Ofícios que especifica, necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 980, de 2005.
- 4 Projeto de lei Complementar nº 49, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre criação de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça e Ofícios que especifica, necessários ao atendimento da Lei Complementar nº 980, de 2005.
- 5 Projeto de lei nº 741, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais aos Oficiais de Justiça Avaliadores do Poder Judiciário do Estado, aos Oficiais de Justiça

Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho do Estado e da Justiça Federal e aos Oficiais de Justiça Militar Federal, enquanto lotados no Estado de São Paulo.

- 6 Projeto de lei nº 742, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo a "Virada Cultural Inclusiva".
- 7 Projeto de lei nº 743, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbiere. Altera disposições da Lei nº 11.331, de 2002, para dar nova disciplina para a verba de custeio dos atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil das pessoas naturais.

- 1 Projeto de lei nº 729, de 2012, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Prof. David Golia" à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Miguel Vilar, em Valparaíso.
- 2 Projeto de lei nº 730, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria o serviço voluntário de Capelania carcerária em todos os estabelecimentos do Departamento de Administração Penitenciária do Estado.
- 3 Projeto de lei nº 731, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica como Estância Turística o Município de Cabreúva.
- 4 Projeto de lei nº 732, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica como Estância Turística o Município de Porto Feliz.
- 5 Projeto de lei nº 733, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a política estadual de fomento ao voluntariado.
- 6 Projeto de lei nº 734, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Vereador João Bento Rangel" ao viaduto localizado no km 39 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.
- 7 Projeto de lei nº 735, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival dos Imigrantes", em

Jacareí.

- 8 Projeto de lei nº 736, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Cria o programa estadual de incentivo aos municípios que instituam e/ou mantenham programas antidrogas.
- 9 Projeto de lei nº 739, de 2012, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Museu dos Esportes", na Capital.
- 10 Projeto de lei nº 740, de 2012, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a "Associação Hortifrutiflores de Jarinu", naquele Município.
- 11 Moção nº 109, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de defender e fazer valer, em todos os seus termos, as prerrogativas que lhes são afetas quanto à declaração de perda de mandato parlamentar nos casos de condenação criminal transitada em julgado, nos termos do que dispõe os artigos 15, inciso III, e 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal.
- 12 Moção nº 110, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que sejam elaborados estudos para a revogação das exigências de idoneidade cadastral e fiadores para a obtenção do FIES Programa de Financiamento Estudantil, contidas na Lei nº 10.260, de 2001.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 757, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 751, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco do Brasil - BB, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, ou outras instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais e internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

- 1 Projeto de lei Complementar n° 39, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Institui a carreira de Médico, e dá providências correlatas. Parecer n° 1749, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.
- 2 Projeto de lei nº 598, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, a Caixa Econômica Federal CEF, o Banco do Brasil BB, o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, ou outras instituições financeiras internacionais, bancos privados nacionais e internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos. Parecer nº 1738, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.